Relatório de Audição

[realizada nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto]

PETIÇÃO N.º 330/XII/3.ª

Pobreza não paga a dívida / Pela renegociação já.

Dia: 20 de fevereiro de 2014

1.º Peticionário: José Castro Caldas

Recebidos por: Deputado Cristóvão Crespo (PSD) – Relator da petição.
Deputado Paulo Sá (PCP).

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo, relator da Petição, deu as boas-vindas aos representantes dos subscritores da Petição e primeiros peticionários, apresentando o Senhor Deputado do PCP presente, após o que deu conta da tramitação da Petição e das diligências efetuadas, após o que passou a palavra aos peticionários para uma intervenção inicial.

Os representantes dos peticionários efetuaram uma exposição inicial, na qual fundamentaram o teor da petição, sublinhando os seus aspetos essenciais: o problema da dívida pública e da sua insustentabilidade; a proposta de renegociação da dívida e a criação de uma entidade para acompanhamento desse processo; a garantia de possibilidade de participação dos cidadãos no processo e o cumprimento do direito à informação.

Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que saudou os peticionários, subscrevendo o teor da petição, e recordou as iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP sobre esta questão.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo, na qualidade de relator da petição, efetuou algumas considerações, recordando as entidades já existentes de acompanhamento destas matérias – no âmbito da Assembleia da República, no interno do Governo e de caráter independente – e sublinhando as consequências de um processo de renegociação unilateral da dívida.

Os peticionários usaram da palavra para responderem às questões e comentários, sublinhando o trabalho em curso em sede das instituições europeias quanto ao sobre-endividamento de alguns Estados-Membros, considerando que Portugal deveria acompanhar ativamente estes trabalhos, com propostas próprias. Acrescentaram que, na sua opinião, a distribuição das medidas sobre os fatores produtivos é muito injusta, incidindo, essencialmente, sobre o fator trabalho. Sublinharam, enfim, que as diversas instâncias existentes, de acompanhamento deste assunto, não contam com a participação dos cidadãos.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo agradeceu os esclarecimentos adicionais prestados pelos subscritores da Petição, após o que encerrou a audição e deu por concluídos os trabalhos, agradecendo aos peticionários e ao Senhor Deputado Paulo Sá a sua presença.

Diversas informações sobre a audição podem ser encontradas na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, em 20 de fevereiro de 2014

O Deputado Relator

Cristóvão Crespo